

M-93-26

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.



FUNDAÇÃO DA CIDADE DO NATAL.

75

ALUNA: MARIA DE FÁTIMA DA COSTA .

ORIENTADORA: PROF. MARLENE DA SILVA MARIZ.

MONOGRAFIA APRESENTADA AO DEPARTAMENTO
DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL "
DO RIO GRANDE DO NORTE VISANDO A OBTEN-
ÇÃO DO GRAU DE BACHARELADO DE HISTÓRIA.

NATAL (RN) 1993



S U M Á R I O

I - Introdução.....	Pag 3
II - A capitania do Rio Grande da Origem a Conquista.....	Pag 4
III- Início do período de colonização.....	Pag 9
IV - Sobre a fundação da Cidade do Natal.....	Pag 12
V - Discursão dos comentários interpretativos.....	Pag 20
VI - Conclusão.....	Pag 23
VII- Referências Bibliográficas.....	Pag 24
VIII- Bibliografia.....	Pag 26



Introdução

Este trabalho sobre a Fundação da cidade de Natal tem como objetivo confrontar as teorias existentes sobre o fundador da referida cidade, já que existem teorias interpretativas sobre quem teria sido fundador, mas não há uma certeza, devido à carência de documentos específicos.

Embora existam várias interpretações com relação ao tema, entretanto nenhuma delas oferece argumentação incontestável; apenas permanecerá na discussão até que se encontre um documento da época em que se afirme o nome real.

Esperando, assim, que se dê continuidade ao estudo, até chegar a uma definição correta; este trabalho pretende apresentar alguma contribuição para encaminhamento da solução da problemática.

A importância do mesmo é formar questionamentos, sobre as teorias da fundação da cidade do Natal, levantando as contestações que se pode fazer a cada uma delas, mostrando uma interpretação mais lógica e racional para se tentar uma melhor compreensão.



I - Capitania do R.N. da Origem à Conquista

A capitania do Rio Grande surge com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias. D. João III doa, de início, um lote a João de Barros, de 100 léguas que vai da Baía da traição até o rio Jaguaribe. Depois outra de 50 léguas para as bandas do Maranhão, conforme foral de 11 de março de 1535, de parceria com Aires da Cunha.

Os donatários conjuntamente, por duas vezes, financiaram expedições para conhecerem as "Sesmarias" entre os meridianos 4º,50 e 6º, 30 de latitude sul e as que demandavam para o norte. É sabido do fracasso de ambas, com sacrifício de vidas e haveres. A última, em 1536, determina o abandono total da região até 1598, quando é iniciado o movimento de recuperação, por ocasião da centralização administrativa dos governos gerais.(1)

O Rio Grande é conhecido pelo nome de Rio dos Tapuias e mais tarde por Rio Potengi, a cinco graus da linha equinocial foi o ponto convergente dos navegantes da além mar, especialmente dos piratas que abastecendo-se com os índios potiguares do que precisavam, seguiam depois o destino pelas costas do Brasil.

Os franceses foram os primeiros, a pisarem o chão destas bandas do Rio Grande, mantendo com os nativos relações amistosas, principalmente com os potiguares, cuja aldeia, meia légua da embocadura do Potengi, à sua margem esquerda, hoje igapó, fundiavam suas naus no ancoradouro para o comércio e vivência comum por muitos anos.

Com a morte de João de Barros, em 1570, seus filhos Jerônimo de Barros e Antônio de Barros, não podendo manter os direitos de donatários, recebia à título de indenização, uma tença de 100,000 réis pela concessão à Coroa Real em 1587.

Dando sequência cronológica do tempo de permanência francesa no Potengi, favorecendo a cartografia do litoral detalha; Há porém um mapa de Jacques de Vandeclage, em 1579, em maior escala do que os procedentes, se bem que, com pouca nomenclatura litográfica, mas traçando melhor a nossa costa, descrevendo as tabas do gentio amigo dos franceses e mesmo de outros que pairavam pelo interior da região norte-riograndense.

Muitos deixaram os seus nomes gravados na história da colônia, muito antes de debandarem-se para o Maranhão, como Charles de Voux e Jacques Riffantt. Este último traficante, aventureiro, comerciante, fundiava suas naus um pouco mais ao sul da curva do Potengi, resguardando-as de possíveis eventualidades. Um topônimo gravou o local e fixou o fato incontestável: diz na Nau da Refoles, ou simplesmente Refoles, até hoje, a parte do bairro do Alecrim (Natal) onde se ergue a Base Naval. (2)

Para tal estadia no estuário do Potengi, basta a inconsistência de que apoiados nos arcos dos potiguares de 15 a 18 de março de 1597 atacaram eles Cabedelo por mar e desembocaram cerca de treze navios, quando outros vientes reforçaram a investida.

Antes de surgir a capitania Portuguesa do Rio Grande, a miscigenação regional inicial foi entre aborígenes e franceses.

Muitos franceses chegaram a ficar vivendo por ali, adotando os costumes, aprendendo a língua daqueles índios e até formando famílias.

Do enlace de franceses e indígenas, emoldura o quadro um sugestivo episódio migratório de nativos do Potiiú, do mambixaba Ibirapi, para região do Maranhão, após Riffantt estabelecer-se ali. (3)

As cartas régias de 1596 a 1597 na sua alta sabedoria, determinava providências de ordem militar e de ordem econômica, que permitissem a conquista da nova capitania, evitando que pelo "uti possidetes", os franceses adquirissem direitos sobre as novas terras. Precoñizando a fundação de uma povoação e a construção de uma fortaleza na foz do Rio Grande, visavam não só o total de cumprimento da carta régia de 1597, os esforços de Manoel Mascarenhas Homem capitão-mor de Pernambuco, Filiciano Coelho capitão-mor da Paraíba, Francisco de Barros Rego, comandante-de-esquadra, os irmãos mestiços Jerônimo, Jorge e Antônio de Albuquerque, os Padres Lemos e Gaspar de São João Peres, da Companhia de Jesus e Frei Benardino das Neves, capucho da província de Santo Antônio proporcionaram o êxito da expedição composta de cinco navios e seis caravelões, além de três companhias de infantaria e uma de cavalaria e índios em armas sob o comando geral do primeiro.

Dando desembarque as forças, logo apoderaram-se do porto e edificam na barra um fortim de madeira, depois de vários ataques dos índios seguindo-se a fundação da atual fortaleza que, por ter sido iniciada a 6 de janeiro de 1558, recebeu o nome de fortaleza dos Santos Reis. Mascarenhas Homem a 24 de junho do mesmo ano entregou o comando dela a Jerônimo de Albuquerque, de quem recebeu home-

nagem e juramento como capitão do Porto e da Fortaleza, e na noite deste mesmo dia seguiu a pernoitar com sua gente na aldeia do Camarão.

Jerônimo de Albuquerque em cujas veias circulava o sangue potiguar, tratou de fazer as pazes com os indígenas, por intermédio da Ilha Grande, com os chefes principais, Pau Seco e Sorobobé. Depois determinou D. Francisco de Souza 7º governador geral do Brasil, que feitas as pazes, fossem estas solenemente ratificadas, o que se efetuou na Paraíba a 15 de junho do ano seguinte, com assistência do próprio Mascarenhas Homem, de Feliciano Coelho, do ouvidor, além de outras pessoas, servindo de intérprete Frei Bernardino das Neves.

A 25 de dezembro do mesmo ano, de volta da Paraíba, e re-assumindo o comando do forte que ficara confiado a João Rodrigues Colaço, seu loca-tenente, Jerônimo de Albuquerque, na distância de meia légua, num terreno elevado e firme onde já existiam algumas moradas, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal, em honra desse glorioso dia que assinala no mundo da cristandade o nascimento do divino redentor. Essa é a visão de Gaspar de Lemos. *9. Vicente*

O Forte dos Reis, como chamava Frei Vicente do Salvador, foi a sentinela avançada dos portugueses no norte do Brasil. Com relação a capitania do Rio Grande, afirma ainda Gaspar ^{Vicente} de Lemos que seu primeiro capitão-mor foi Jerônimo de Albuquerque, nomeado pela carta-patente, de 9 de janeiro de 1603, registrada as folhas 379 e verso, segundo documento do livro 6, de Doações da Chancelaria de Felipe II, incorporado ao arquivo Nacional da Torre do Tombo, antes seu primeiro comandante e fundador de Natal. Foi o forte ainda abrigo do faminto Pedro Coelho de Souza, voltando vencido de sua tentativa de colonizar o Ceará, em 1606. Hospedou o Padre Luís Filgueira, em 1608, salvo do cativoiro dos Pocarijus, trucidadores do Padre Francisco Pinto. De sua guarnição partiu Martim Soares Moreno em 1611 para conquista do Ceará. (4)

Seguros da conquista realizada, o processo de organização administrativa e povoamento da nova capitania, muito exigiu dos seus chefes sobremaneira pela falta de comunicação com os vizinhos da Paraíba e Pernambuco, por isto a partir de então, até o domínio holandês, iniciado em 1633, decorridos 34 anos, os progressos foram modestos senão quase nada.

Os potiguares de legítima raça Tupi eram os donos da Terra do R.N. habitavam do litoral, compreendido entre os rios Paraíba (província sul com sede em Felipéia de N.S. das Neves) e Jaguaribe

(Ceará. A foz fica em Aracati). Senhoreando, portanto, as costas, foi com eles que se deram os primeiros conflitos com os conquistadores luso-portugueses e seus aliados Tabajaras, outra nação Tupi da região da Paraíba.

A tropa de Feliciano Coelho, em 1587, para o Rio Grande, foi noventa índios frecheiros das aldeias de Pernambuco e setecentos e trinta Tabajaras com seus principais que guiavam, Braço de Peixe, Assento de Pássaro, Pedra Verde, o Mangue e o Cardo Grande.

(Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte.) ?

O Rio Grande do Norte, era conhecido a princípio pelo nome de rio dos Tapuias e mais tarde pelo de Rio Potengi, a cinco graus da linha equatorial, era antes da conquista o ponto convergente dos que navegavam além mar, especialmente dos piratas que, abastecendo-se com os índios do que precisavam, seguiam depois seu destino pelas costas do Brasil.

As náos e Caravelas, batidas pelos temporais, encontravam no Rio Grande do Norte seu melhor abrigo.

Os franceses que muito frequentavam a costa, pelo tráfico do Pau-Brasil, com os potiguares, e os prejuízos causavam estes indígenas aos colonos da capitania, na Pcente da Paraíba, provocaram da metrópole a medida de conquistar-se o Rio Grande, e neste sentido, foi expedida a carta régia de 15 de março de 1587, determinando ao capitão-mor de Pernambuco Manoel Mascarenhas Homem, e a Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba, consciência do governador geral do Brasil, que aprestassem uma expedição para esse fim. De feito, aparelhada em breve, Mascarenhas Homem, capitão da conquista, passou o governo da capitania ao bispo D. Antônio Barreiros, que aí se achava em visita episcopal, e ao vereador mais velho do senado da Câmara de Olinda, Duarte de Sá, e transportando-se à Paraíba, daí embarcou para o Rio Grande numa esquadra de cinco navios e seis caravelões, comandada por Francisco de Barros Rêgo, com muitos de seus companheiros, entre os quais os Padres Lemos e Gaspar de São Peres da companhia de Jesus, e Frei Bernardino das Neves, capucho da província de Santo Antônio, aquele engenheiro e arquiteto, e este perito na língua geral. Após a ratificação das pazes com os indígenas a 25 de dezembro do mesmo ano Jerônimo de Albuquerque saindo da fortaleza, na distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que já se denomi-

nava "povoação dos Reis", demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal, em honra desse glorioso dia, que assinala no mundo da cristandade o nascimento do divino redentor.

João Rodrigues Colaço, não podemos precisar a data em que foi nomeado para capitão da fortaleza pelo Governador Geral, D. Francisco de Souza, por uma doação, porém, que obteve de oitocentas braçadas de terra ao longo do rio potengi, concedida por Mascarenhas Homem em nome do governador Geral, a 8 de janeiro de 1600, verificou-se que foi por este nomeado, e governava desde esse tempo.(5)

A fortaleza contava com duzentas praças de guarnição além dos oficiais. O governo de Rodrigues Colaço devia pelo menos ter excedido ao dia 3 de julho de 1603, por ser desta data a última doação que fez de uma terra a Domingos Sirgo, no sítio da cidade para edificar, e é natural tivesse passado diretamente o governo as mãos de seu sucessor, Jerônimo de Albuquerque, pois a 8 de agosto do mesmo ano este se achava governando.

Jerônimo de Albuquerque fundador da cidade de Natal. Foi nomeado, por patente real de 9 de janeiro de 1603, capitão-mor da capitania, pelo tempo de seis anos, segundo Vicente Lemos.

A posse desse capitão-mor não foi posterior a 8 de agosto de 1603, data em que concedeu a primeira sorte de terra no sítio, demarcado da cidade aos padres da companhia.

Pela última concessão que fez a Afonso Largato de meia légua no lugar sinambuassú devia ter governado pelo menos até dia 9 de agosto de 1610.

Jerônimo de Albuquerque concedeu em 2 de maio de 1604 a seus filhos Antônio e Mathias de Albuquerque uma sesmaria de cinco mil braçadas quadradas, na ribeira do Pequeri, e duas léguas em Canguaretama, tendo os doados construído um engenho que tomou o nome daquela várzea.

Os holandeses, no período de sua conquista, incendiaram-no. Dessa concessão considerada exorbitante, teve ciência El-rei que, mandando depois distribuir as terras, do Rio Grande a quem, as quisesse povoar e cultivar, assim se exprimia na província de 28 de setembro de 1612.(6)

II - Início do Período Colonial.

A colônia iniciada as margens do Potengi, pela peculiaridade do meio corrente de recursos, pode ser classificada como de "plantação" ou "enquadramento". O colono limita-se a explorá-la, a arrancar-lhe a riqueza para a seguir, a transportar para fora. O colono verdadeiro continua a ser o indígena, o trabalhador. O branco, o europeu, limita-se apenas à direção superior. A falta de famílias brancas, de mulheres brancas e de crianças brancas fez surgir imediatamente vários inconvenientes: a mestiçagem, a tendência para a opressão, o abandono duma expedição racial, preferindo-se apenas a que dá lucros imediatos. O indígena passa a viver sob o domínio do branco, a idéia de superioridade de uns e de inferioridade de outros. Para o governo geral, todavia, mais interessava manter a posição estratégico-geográfica capaz de assegurar a soberania portuguesa, e prolongamento futuro para o interior e norte do Brasil.

Pelo tratado de Tordesilha, em 1494, todos os territórios, 370 léguas a leste das ilhas do Cabo Verde, pertenciam a Portugal. O traçado garantia a Portugal as terras na orla Atlântica entre 4°50 e 6°30 baixo da linha Equinocial o que correspondia ao Brasil e a costá da futura capitania.

Nos primeiros tempos de Natal, era o capitão-mor quem concedia as cartas de data no quadro urbano. Logo, porém, que entrou em funções regulares a Câmara, assentou-se que esta ficaria com plena jurisdição exclusiva na área da cidade, e o capitão-mor conservaria a competência, que sempre teve, de conceder sesmarias.

A Câmara de Natal, por exemplo como outras nas mesmas condições, sem saber se agia de acordo com as leis, taxava salários de artesãos e artífices, formada de índios e trabalhadores rurais, marcava o preço a artefatos de ofícios mecânicos; a carne, ao peixe, a farinha, ao sal, a aguardente, ao algodão (em pano e em fio), ao açúcar, etc. A princípio a Câmara só podia corresponder-se diretamente com o capitão-mor e com os governadores e só por intermédio deste é que fazia reclamações para a corte, com o correr dos tempos, no entanto, começou a dirigir-se ao próprio rei e o que é certo, é que muitas vezes não se dignava o soberano de responder aos reclamos em carta endereçada a Câmara.

Uma autoridade que desde os primeiros tempos tendia a contestar com a dos capitães-mores e que estes andavam a encontrar no seu caminho para conter-lhes os desmandos, era a do senado da Câmara.

A primeira vereança de Natal foi constituída, depois da expulsão dos holandeses, em 1662, por eleição de 16 de abril, a eleição era feita pelos "Homens Bons" da terra. Estes homens ^{que} ~~bons~~ formavam uma espécie de aristocracia, conservando-se assim por anos e anos, em certo círculo e administração da cidade. Compunha-se de 5 membros o senado, sendo um juiz mais velho, um juiz mais moço, dois vereadores (um mais moço e outro mais velho) e um procurador. Além desses oficiais, tinha a Câmara o seu escrivão, a princípio nomeado pelo capitão-mor, e depois pela própria Câmara, quase sempre por simples portaria do juiz mais velho. Era o presidente do senado.(7)

A partir dos exemplos das Câmaras da Bahia, de Glinda e outras, é que Natal começou a admitir uma espécie de tribuno ou procurador, sob o nome de mestre, como representante das classes populares junto ao senado, incumbindo principalmente de concorrer com os juizes e vereadores na função de regular o preço das coisas e dos ofícios.(8)

Pelas informações encontradas sobre o Rio Grande, pode calcular-se que não seria grande coisa o comércio da capitania nos tempos da colônia. As indústrias que se fariam fontes da economia geral, eram as do açúcar, do algodão, Pau-Brasil, tabaco e ainda arroz, feijão, milho, mandioca, além de especiarias e drogas, a de criação de gados, a da pesca, a da exploração de salinas, e a das madeiras de construção. A maior parte de tais indústrias andaram sempre amofinadas pelo fisco, pelos monopólios, pelas restrições de toda ordem com que se as embaraçava, e principalmente pelas dificuldades de transporte, quer em terra, quer sobretudo no mar. Isto tudo sem pôr em conta os entraves naturais, como as secas e as inundações, com que tinha de lutar as vezes o lavrador. Os produtos da pequena lavoura só contavam em regra, com o consumo interno limitando-se os produtores a troca e barganha entre os municípios, os povoados e sítios para fora da capitania, exportavam-se gados(bovino e cavallar), peixe de selga, farinhas, arroz, feijão, e alguns outros. Tudo isso a muito custo, saia para as capitanias vizinhas, especialmente para Pernambuco. Antes da grande seca de 1790 - 1793, só para Pernambuco iam anualmente de 15 a 16.000 cabeças de gado e corte. Foi sempre o Rio Grande que supriu de cavalhadas, para os engenhos, aos proprietários de Pernambuco e de outras capitanias do norte.

Quando em Natal e em outros portos já estavam cheios de armazéns, e faltava transporte, naturalmente cessavam as compras e os gêneros baixavam de preço. Se houvesse extensos capitães, evitar-se-iam semelhantes males, mas nem sempre o exportador da terra dispunha

de suficientes recursos para vastas operações dificilmente liquidáveis, e o que acontecia então era de prever-se; a maior parte das casas exportadoras eram pernambucanas, e até algumas estrangeiras, tendo todas os seus agentes na capitania, encarregados de compras no Rio Grande e expedir em tempos os carregamentos para Recife, contra essas casas poderosas não havia concorrência possível. Os próprios senhores de engenho e os agricultores mais fortes não conseguiram libertar-se de tais contingências. Por outro lado, os comerciantes de Pernambuco tinham de fato igualmente o monopólio da importação e do mesmo modo que regulavam, como bem lhe parecia, as compras no Rio Grande, impunham preços as mercadorias que só eles recebiam da Europa. Esta situação das indústrias e do comércio durou quase a época da independência, ou pelo menos enquanto a capitania esteve sujeita ao governo de Pernambuco.(9)

III - Sobre a Fundação da Cidade de Natal.

3.1 - Fundação e nomes da cidade

O Forte construído ficava isolado no seu arrecife cercado pelo mar assim como a guarnição estava circundada pela indiada furiosa.

É a vez dos Jesuítas no futuro Rio Grande do Norte. Padre Francisco Pinto conquista o tuixáua dos Potiguares, o camarão-grande, Potiguassu. O Padre Gaspar de Samperes percorre, num largo círculo, o próximo distrito arrebanhando os chefes para as pazes.

A 11 de junho de 1599 os chefes indígenas estão na capital da Paraíba, jurando alianças perpétuas, auxílio mútuo e fidelidade, tão raramente mantidas pelos brancos e cristãos. Manoel Mascarenhas Homem, Feliciano Coelho de Carvalho, da Paraíba, Alexandre Moura, sucessor de Mascarenhas, Braz de Almeida, ouvidor mor, o Franciscano Bernardino das Neves, grande intérprete, o padre Francisco Pinto, Pai Pinto, apóstolo dos potiguares, estavam presentes. O português ia erguer mais uma cidade a marca do norte, extrema da posse e reforço para a lusitanização do Brasil setentrional.

A História do Rio Grande do Norte finda um dos capítulos iniciais e ásperez a 11 de junho de 1599, data digna de memória e citação. É o nosso primeiro tratado político entre duas raças, duas civilizações, duas mentalidades.

Nasce a cidade do Natal do Rio Grande. Por que cidade do Natal?

O visconde de Porto Seguro ensina: ... se chamou do Natal, em virtude sem dúvida de se haver inaugurado o seu pelourinho ou a sua igreja matriz no dia 25 de dezembro desse ano da fundação(1599). Vicente Lemos decide: _ A 25 de dezembro do mesmo ano (1599), Jerônimo de Albuquerque, saindo da fortaleza, na distância de meia légua num terreno elevado e firme, que já se denominava povoação dos Reis, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome Natal, em honra desse glorioso dia que assinala no mundo da cristandade o nascimento do divino Redentor. Frei Jaboação(1768) ... Vencidos os índios da terra ... se deu princípio a povoação, e foi orada a tal povoação cidade do Natal. Aires do Casal (1817): _ teve a oportunidade de lançar os fundamentos à cidade Natal, que tomou este nome, por se encontrar a inauguração da matriz. Millete de Soint Adolphe pôs o nome de Natal por coincidir a inauguração da igreja.

Rocha Pombo, História do Rio Grande do Norte... Dentro de poucos meses estava mudada a povoação e pronta a capela que foi inaugurada em dezembro do mesmo ano(1599)

Outra fonte colaborante é a relação das causas do Rio Grande do Norte, do sítio e disposição da terra (1607) encontrada pelo padre Serefim Leite, S.I. no Archivum Societatis Iesu Romanum, transcrito, idem, 1,557, anônima mas sugerindo ao divulgador a figura do Jesuíta Gaspar de Samperes. O Rio Grande está em cinco graus e meio de altura à parte do sul da linha equinocial.

A hipótese do padre Leite, S.I., é sugestiva mas não a firma a versão popular da missa do dia do Natal. A carta de Pedro Rodrigues é seis dias anterior da fundação e a "relação" não nomeia a cidade já fundada. Nenhum documento dos séculos XVI e XVII registra a origem do nome, nada impossibilita que a armada de Mascarenhas Homem entrasse a barra em 25 de dezembro de 1597 e houvesse uma missa a 25 de dezembro de 1599.

Quinze dias depois de fundada ainda estava deserta. O capitão-mor João Rodrigues Colaço, na petição da primeira sesmaria concedida nas terras do Rio Grande do Norte, por Mascarenhas Homem, em 9 de janeiro de 1600, informa que quer fazer umas casas no sítio que está escolhido para a cidade.

A cidade guardou o nome mais bonito, cidade do Natal.

É a situação da cidade, sua posição geográfica, a coordenada rua grande, Praça André d'Albuquerque, onde se fundou a cidade, foi levantada em 1903 pelos contes A. Sivaldo e C. Castro: Latitude 5° 46' 41'', longitude 35° 12' 24'' U.G. não tivemos outras cidades além da que ergueu na Rua Grande.

Há em alguns historiadores, entre eles o grande Rocha Pombo, o registro de uma primeira Natal, convencionando-se dar nome e gerarquia de cidade ao acampamento de Mascarenhas Homem, enquanto durou a construção do "Reis Magos". Mesmo assim é uma versão dispensável presença na história. Os portugueses e indígenas iam sendo abrigados no forte na proporção do adiantamento do trabalho. Não há documento para afirmar-se uma transferência de povoação, do cimo do arrecife da barra para o chão elevado e firme onde, realmente, nasceu a cidade legítima, não há vestígio. A cidade dos Reis é a mesma cidade do Natal. (10)

3.2. Fundação de Natal

Com a retirada da maior parte das forças recrudescceu a sanha dos índios, não deixaram mais um instante sossego, principalmente aos colonos que se apressaram a estabelecer-se nas vizinhanças do forte. Havia ficado Jerônimo de Albuquerque bem provido de meios de defesa, e pôde manter no contorno vários postos de alarme e atalaias, que contra surpresas dos inimigos, acautelavam a povoação, incipiente. Jerônimo de Albuquerque, já experiente em lutas passadas, e tendo aprendido que a prudência e os meios sussórios eram quase sempre os processos mais eficazes contra os selvagens, valeu-se então do concurso dos missionários. A conselho do padre Gaspar, tomou a expediente de tentar uma conciliação com aqueles encarniçados inimigos.

Deu Jerônimo de Albuquerque aviso daquele feito auspicioso aos capitães-mores da Paraíba e de Pernambuco, apressou-se Mascarenhas Homem a partir para a Bahia, a levar a grata notícia ao governador geral D. Francisco de Souza. Quis este que como estímulo aos melhores instintos do gentil e bom exemplo aos colonos, fossem aquelas pazes celebradas com certa solenidade. Para isto incumbiu a Mascarenhas Homem de ir a Paraíba, e ali teve lugar (a 11 de junho de 1599) o ato aparatoso da ratificação do convênio, achando-se presentes os chefes potiguares, o capitão-mor Feliciano Coelho, os oficiais da Câmara, com Mascarenhas Homem, Alexandre de Moura, o ouvidor geral Braz de Almeida, e outras pessoas.

Chamou-se agora sossegado naquele posto, cuidou Jerônimo de Albuquerque de lançar os fundamentos de uma povoação regular, onde se agremiassem os colonos, não só os que já estavam, como os que se viessem estabelecer ali. Já existia, conforme se viu, nas vizinhanças do forte, um arraial a que se dava o nome de cidade dos Reis. Aquelo não era no entanto, o local mais apropriado para a futura cidade, e deliberou-se escolher assento mais amplo, em lugar mais elevado a margens direita do rio, a cerca de meia légua do forte. Ali demarcou Jerônimo o perímetro urbano, onde se começou logo a construir uma pequena igreja para servir de matriz e muitas habitações que se transladavam a cidade dos Reis. Dentro de poucos meses estava mudada a povoação e pronta a capela, que foi inaugurada em dezembro do mesmo ano (1599), dizendo-se a primeira missa com toda solenidade no dia 25, circunstância que se aproveitou para dar a vila o nome de Natal. Foi provavelmente o

padre Gaspar de São João Peres quem exerceu ali o cargo de primeiro cura, com o estabelecimento daquele núcleo em plena paz com os selvagens, foram afluindo para a redondeza, e para a própria povoação muitas famílias de colonos. (11)

Jerônimo de Albuquerque pouco se demorou ali, tendo-se retirado para Pernambuco assim que esteve a terra em ordem. Deixou na fortaleza, como locatente a João Rodrigues Colaço, logo depois capitão-mor nomeado pelo governo geral. Não se sabe precisamente em que dia saiu Jerônimo, e entrou Colaço, em seu lugar, pelo que dizem alguns autores deve ter começado Colaço por 1600, durando o seu governo três anos. É certo, aliás em janeiro daquela ano já era Colaço, capitão-mor desta capitania, diz um documento do tempo. Não era no entanto Rodrigues, pelo que parece (como também não fora Jerônimo), mais que simples capitão daquele posto: isto é, tinha o comando da fortaleza e o governo da povoação. Em todo caso, nesse cargo, tinha poderes para conceder terras provisoriamente, e tanto na área da povoação como em todo novo distrito, que aliás não se sabe por enquanto, que limites tem. Chegou a fazer durante os seus três anos e meio de governo cerca de 50 concessões, entre datas e sesmarias. De acordo com as ordens especiais do rei, essas concessões eram feitas sob condições de serem as terras lavradas em dado prazo, que se assinava segundo a extensão das mesmas. Só depois é que se conferiam aos posseiros os títulos definitivos. Era este um serviço de importância, capital para os destinos da capitania cujos fundamentos assim se lançavam.

Parece que nos primeiros anos não se fez com muito critério a distribuição de terras, dando-se sem exame, a quantas as requeriam, e até repetindo concessões as mesmas pessoas, e quase sempre em quantidade exagerada.

Cuidar o governo da metrópole de corrigir essas irregularidades, ordenando, pela provisão de 28 de setembro de 1612, que fossem legitimadas todas as concessões feitas, e que daí em diante só se fizessem novas concessões de acordo com as regras estatuídas. (12)

3.3. Fundação da cidade de Santiago, também chamada cidade dos Reis.

Quando os padres Francisco Pinto e Gaspar Samperes partiram do Rio Grande, a 19 de abril de 1599, em demanda a capeoba, já cogitavam da edificação de uma boa residência na nova cidade, que agora se há de fundar, obra de meia légua do forte do Rio Grande.

Sobre a iniciativa da fundação de uma cidade, Frei Vicente da Salvador, 3m 1627 esclarece.

Feitas as pazes com os potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a que chamam a cidade dos Reis, a qual governa também o capitão do forte que el-rei costuma mandar cada três anos.

Aos 9 de janeiro de 1600, que correspondeu a um domingo, achava-se no Rio Grande Manoel Mascarenhas Homem, a quem o governador geral D. Francisco de Souza delegara pleno mandato para que aquele capitão-mor de Pernambuco ficasse responsável por tudo o que se referisse a "sustentação e defesa" da fortaleza do Rio Grande. Tal delegação ocorrera a 31 de outubro de 1598, pouco antes da partida definitiva de D. Francisco de Souza para as minas do sul do país.

Naquele domingo, 9 de janeiro de 1600, Mascarenhas Homem, representando o governador geral do Brasil, concedeu a primeira data o sesmaria verificada no Rio Grande, cujo beneficiário foi o próprio capitão-mor João Rodrigues Colaço. Aquela data, já ocorrera a fundação da cidade.

Essas três referências acima são as mais confiáveis no tocante a fundação da cidade do Rio Grande. O acontecimento ocorreu, de tal maneira, após o dia 19 de abril de 1599, e antes de 9 de janeiro de 1600.

Jerônimo de Albuquerque, foi o primeiro capitão-mor do Rio Grande para a qual conquista foi mandado de Pernambuco para ordem do Rei Felipe I em Portugal, com Manoel Mascarenhas Homem, que partindo por mar com gente da Bahia e Jerônimo de Albuquerque por terra com a de Pernambuco a tomar outra mais na Paraíba, quando da Paraíba partiu também por mar e chegou a barra do Rio Grande a 13 de dezembro de 1597, já achou na terra, Manoel Mascarenhas Homem, mas com pouco efeito naquela empresa. Com a chegada de Jerônimo de Albuquerque se continuou nela, fazendo logo na costa da barra uma fortaleza de madeira, e vencidos os índios da terra, meia légua de fortaleza pela terra a dentro se deu princípio a povoação e tomou logo Jerônimo de Albuquerque a posse de governo capitão-mor e foi honrada a tal povoação cidade do Natal, porque pela festa do nascimento do senhor, se

fez este ato, no ano de 1599, com paróquia, e igreja matriz, dedicada a Senhora com título da apresentação. (13)

"A empresa teve princípio com um fortim de madeira, junto ao lugar onde hoje está a fortaleza dos Reis, e cujo primeiro comandante, Jerônimo de Albuquerque, teve muitos e renhidos combates com os aborígenes por mais de um ano, até travando amizade com Sorobabé, chefe dos indígenas, por mediação de um índio aliado, teve a oportunidade de lançar os fundamentos da cidade Natal, que tomou este nome por se encontrar a inauguração da sua matriz, com a festividade do nascimento do nosso salvador em 1599". (14)

Como observamos, aparecem dois nomes dados a cidade fundada do Rio Grande, cidade de Santiago, e cidade dos Reis. Nenhuma referência é feita ao topônimo Natal, denominação que somente surgirá em documentos de 1614. No tocante a inauguração da igreja matriz, sua lenidade ocorrida, segundo Joboatão em 25 de dezembro de 1599, somente viria ela a se verificar, efetivamente, vinte anos depois, em 1616.

A informação de que Jerônimo de Albuquerque, na qualidade de capitão-mor, teria lançado os fundamentos a cidade do Natal, como alude Aires de Casal, não pode subsistir antes a certeza de que Jerônimo somente assumiu a capitania-mor do Rio Grande no dia 7 de junho de 1603. Por analogia, a cidade edificada no Rio Grande, também capitania da coroa, receberia a denominação de Santiago, em deferência ao Santo Padroeiro da Espanha, cuja comemoração ocorre no dia 25 de julho.

O que tudo indica, o topônimo Santiago não prosperou, pois a cidade fundada no Rio Grande passou a ser conhecida como cidade dos Reis, conforme informaram Frei Vicente do Salvador, e um mapa desenhado pelo cosmógrafo de sua majestade. João Teixeira Albernaz. Tal mapa, talvez elaborado em 1616, baseou-se em informações e rascunhos do autor do livro que dá razão do Estado do Brasil, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, que estivera naquela capitania do Rio Grande em 1608.

A cidade dos Reis pode ter sido fundada no dia 6 de janeiro de 1600, no dia de Reis, que naquele ano ocorrera em uma quinta-feira. Mascarenhas Homem teria sido o fundador da cidade, pois logo no domingo seguinte aquele dia 6 de janeiro, concedia ele a primeira data e sesmaria verificada no Rio Grande a João Rodrigues Colaço, a capitão-mor da capitania.

Pela sequência natural dos atos administrativos, tal concessão, de 9 de janeiro de 1600, teria sido o primeiro ato praticado logo em seguida a fundação da cidade.

Tem-se formado um problema na história do Rio Grande do Norte, a incerteza ao fundador da cidade do Natal.

Em 1532, ano em que ocorreu a criação das capitanias hereditárias, o território correspondente ao atual Estado do Rio Grande do Norte, achava-se incluído na IX capitania, cujos limites litorâneos tinham o seu início na Bahia da Traição, estendendo-se até à Angra dos Negros na Paraíba e no Ceará, respectivamente.

Foram agraciados com aquela capitania, João de Barros e o capitão-mor do mar Nires da Cunha. Expulsos dos territórios do sul do país os franceses se apossaram do Rio Grande do Norte, onde passaram a nutrir relações comerciais com os indígenas.

No ano de 1657, o governador do Brasil, D. Francisco de Souza, determinou a organização de uma expedição para expulsar os franceses da capitania do Rio Grande, então convertida em uma capitania real. Seria também edificada uma fortificação na barra do Rio Grande, e posteriormente fundar-se-ia uma cidade nas suas proximidades.

Em 25 de dezembro de 1597, dia do Natal, chegava a barra do Potengi, a armada composta de 14 navios, que trazia 400 homens sob o comando do capitão-mor de Pernambuco, Mascarenhas Homem, a fim de dar-se início a operação da conquista do território.

No dia 6 de janeiro de 1598, Mascarenhas Homem, o capitão-mor da conquista do Rio Grande, deu início ao serviço de edificação de uma fortaleza, que recebeu a denominação de Reis Magos, em homenagem aos Santos Reis, naquele dia comemorativo.

O projeto de construção do forte foi confiado ao Jesuíta Padre Gaspar de Sumpere, que exercera a profissão de engenheiro, na Espanha e em Flanderes, antes do seu ingresso na companhia de Jesus.

Em menos de seis meses de trabalho no qual também colaborou a gente enviada da Paraíba, a fortaleza foi concluída, ficando em estado de defesa, no dia 24 de junho de 1598.

A missão confiada a Mascarenhas Homem teve prosseguimento, após a conclusão da fortaleza, pois o Rei D. Felipe II da Espanha determinava também que se desse início à edificação de uma cidade. Tal providência garantiria o efetivo povoamento da capitania e a definitiva expulsão dos franceses.

Em janeiro de 1600 Mascarenhas Homem retornou a Pernambuco, após cumprimento de sua missão, concluída a fundação da cidade, que recebeu diversos nomes, cidade dos Reis, de Santiago,

cidade do Rio Grande, e finalmente Natal.

Existem teorias, sobre a fundação da cidade do Natal.

A tradicional, defendida por Vicente Lemos, atribuída a fundação a Jerônimo de Albuquerque; outros como Rocha Pombo e Tavares de Lira, também fazem a mesma afirmação.

A defendida por José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho que defendia João Rodrigues Colaço como iniciador da cidade, uma vez que Jerônimo segundo afirma, estava ausente.

Finalmente, Luís Fernandes Sobrinho, baseado no princípio da autoridade, atribui a fundação a Mascarenhas Homem.

Olavo Medeiros Filho, também faz esta atribuição a Mascarenhas Homem; com base, a partir das leituras cronistas coloniais e documentos antigos.

Assim, continua a polêmica das hipóteses sobre a fundação de Natal.

*Repete as fichas das fontes
sem apudação ou artigo pessoal.*

A Teoria Tradicional defendida por Vicente Lemos:
Jerônimo de Albuquerque o Fundador.

Como já foi visto, a tradição atribui a Jerônimo de Albuquerque a fundação da cidade do Natal. O Desembargador Vicente de Lemos "faz esta afirmação, se referindo a Jerônimo de Albuquerque: Saindo da fortaleza a distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que denominava "povoação dos Reis", demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal!" (15)

Tavares de Lira também atribui a Jerônimo de Albuquerque a fundação da cidade do Natal quando afirma: "desvelou-se Jerônimo de Albuquerque em fundar uma povoação nas proximidade do forte. Essa povoação tornou, em 25 de dezembro do mesmo ano (1599), o nome da cidade do Natal". (16)

Os historiadores que tomam esta posição não dizem em que se baseiam para fazer tais afirmações. Os que defendem esta corrente alegam, que Jerônimo de Albuquerque era capitão-mor do forte, uma vez que tinha sido investido nesta função por Manoel Mascarenhas Homem. Não existem documentos que provem ser Jerônimo de Albuquerque o primeiro "capitão-mor do forte.

Alguns, historiadores fizeram esta afirmação sobre a fundação da cidade do Natal sem dizer qual a fonte em que eles se basearam para chegar a tal conclusão.

Teoria defendida por José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho: João Rodrigues Colaço o Fundador.

José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, em trabalho publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande "do Norte, com o título " Quem fundou Natal (17), faz uma análise sobre o problema da fundação da cidade. Começa citando Rocha Pombo, que mostra o quanto são obscuros os primeiros tempos da História do Rio Grande do Norte.

Citando vários historiadores que atribuem a fundação da cidade a Jerônimo de Albuquerque, contesta todos eles, inclusive Vicente " Lemos, afirmando... " não diz em que se baseou para chegar a tal conclusão" (18).

Da mesma maneira não aceita a teoria defendida por Luís Fernandes Sobrinho de ter sido Mascarenhas Homem o fundador da cidade e Jerônimo de Albuquerque apenas tê-la transferido para um lugar elevado a certa distância do forte.

Luís da Câmara Cascudo na sua obra a cidade do Natal não " procura esclarecer o assunto da fundação, limitando-se, apenas, enumerar o que os historiadores tradicionalmente afirmam.

José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, cita documentos encontrados pelo padre Serafim Leite nos arquivos da companhia de Jesus em Roma, diz ser o fundador de Natal, João Rodrigues Colaço.

Baseando-se na informação do provincial Pero Rodrigues, no documento encontrado por Serafim Leite, que fala sobre o início da Colô-nização, assim se referindo: "a tudo isso se achava presente o capitão-mor e o capitão da fortaleza, João Rodrigues Colaço". (19)

Teoria defendida por Luís Fernandes Sobrinho: Manoel de Mascarenhas Homem o fundador.

Luís Fernandes Sobrinho, em trabalho publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, afirma ser o fundador de Natal, Manoel de Mascarenhas Homem: Se diz fundar um cidade é aquele que lançou os primeiros fundamentos, Manoel de Mascarenhas Homem construindo o forte dos "Reis Magos", primeiro edifício levantado na capitania e fazendo uma povoação, é incontestavelmente, o fundador da cidade do Natal, e não Jerônimo de Albuquerque que apenas transportou para um lugar mais elevado, que fica ao sul da fortaleza e lhe parecia mais apropriado para a sede civil da capitania. (20)

Assim poderíamos fazer as seguintes ponderações a respeito " desta teoria. Em primeiro lugar, o fato a ser considerado, é o povoado que surgiu ao redor do forte, ser cidade, já que este arraial apareceu devido a construção do forte. Outro detalhe, que observamos é que estes habitantes dos arredores do forte, talvez tenham sido os primeiros habitantes da cidade do Natal.

Conclusão

Por ser um fato histórico de grande importância para a história do Rio Grande do Norte, tem-se constituído um problema, a incerteza do fundador da cidade do Natal.

Como já foi visto existem três teorias sobre a fundação da cidade do Natal, a tradicional defendida por Vicente Lemos, que atribui a fundação a Jerônimo de Albuquerque, a defendida por Luís Fernandes Sobrinho baseada no princípio da autoridade, que atribui a fundação a Mascarenhas Homem, e a de José Moreira Brandão Castelo Branco, que defende João Rodrigues Colaço.

Entretanto com relação ao problema a documentação a fundamentação existente, indica como a que mais responde a questão como "explicação coerente é a defendida por Luís Fernandes Sobrinho, com a qual concordamos, fundamentada a partir do princípio da autoridade, "por ser a mais lógica até o presente momento, até que um dia se encontre um documento que mude a face da história, e possa afirmar o seu nome real.

Consequentemente no nosso entender Mascarenhas Homem foi o fundador da cidade do Natal, uma vez que veio imbuido da determinação de fundar uma cidade e achamos que foi o que fez.

Referências Bibliográficas

- (01) Tarcísio Medeiros: "Aspecto Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte".
P. 23
- (02) Tarcísio Medeiros: "Aspecto Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte".
P. 23, 24, 25
- (03) Tarcísio Medeiros: "Aspecto Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte".
P. 25
- (04) Tarcísio Medeiros: "Aspecto Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte".
P. 28, 29
- (05) Vicente Lemos: "Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte".
P. 3, 4, 5
- (06) Vicente Lemos: "Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte".
P. 6, 7
- (07) Tarcísio Medeiros: "Aspecto Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte".
P. 31
- Rocha Pombo: "História do Estado do Rio Grande do Norte".
P. 186, 187, 189
- (08) Rocha Pombo: "História do Estado do Rio Grande do Norte".
P. 190
- (09) Rocha Pombo: "História do Estado do Rio Grande do Norte".
P. 196, 197, 198
- (10) Luiz da Câmara Cascudo: "História da Cidade do Natal".
P. 21, 22, 23, 24, 26
- (11) Rocha Pombo: "História do Estado do Rio Grande do Norte".
P. 45, 46, 47, 48
- (12) Rocha Pombo: "História do Estado do Rio Grande do Norte".
P. 49, 50
- (13) Clavo Medeiros Filho: "Terra Natalense".
P. 29, 30
- (14) Clavo Medeiros Filho: "Terra Natalense".
P. 31, 32
- (15) José Moreira Brandão Castelo Branco: "Quem fundou Natal".
P. 71

(16) Ihen, idihen. P. 66

(17) Ihen, idihen P. 70

(18) Luís Fernandes Sobrinho: " Estudos Potiguaras".
P. 17

(19) Ihen, idihen P. 17

(20) Ihen, idihen P. 21

Bibliografia.

- 01 - Medeiros, Tarcísio - "Aspecto Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte". Natal, Imp. Universitária, fev. 1973.
- 02 - Lemos, Vicenta de - "Capitães-mores e Governadores da capitania do Rio Grande do Norte. 1ª volume Rio de Janeiro 1912.
- 03 - Pombo, Rocha - "História do Estado do Rio Grande do Norte". Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil (1822 - 1922). Rio de Janeiro, Editorares Anuaria do Brasil.
- 04 - Câmara Cascudo, Luiz da - "História da Cidade de Natal", 1947. Edição da Prefeitura do Município Natal 1947.
- 05 - Medeiros Filho, Gláve da - "Terra Natalense". Natal, Fundação José Augusto, 1991.
- 06 - Câmara Cascudo, Luiz da - "História da Cidade de Natal". Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2ª edição, 1986.
- 07 - Câmara Cascudo, Luiz da - "História do Rio Grande do Norte" Rio de Janeiro. Departamento da Imprensa Nacional, 1955.
- 08 - Câmara Cascudo, Luiz da - "Nomes da Terra". Natal, Fundação José Augusto. 1968.
- 09 - Castelo Branco, J. M. B. - "quem Fundou Natal", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal vol XIII, 1960.
- 10 - Fernandes Sobrinho, Luís - "Estudo Potiguares". in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols, XXIX - XXXI, 1932 - 34.